



A TOMADA DE DECISÃO DOS JOVENS NO PROCESSO MIGRATÓRIO RURAL-URBANO NO BRASIL: PANORAMA ENTRE 1970 E 2010

Cristian Rogério Foguesatto¹, João Armando Dessimon Machado²

¹ Bacharel em Administração, Mestrando do Programa de Pós Graduação em Agronegócios Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/Brasil:
cristian_rogeriof@hotmail.com

² Médico Veterinário, Doutor em Economia Agroalimentar pela Universidade de Córdoba/Espanha. Atualmente é professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/Brasil.

Recebido em: 31/03/2015 – Aprovado em: 15/05/2015 – Publicado em: 01/06/2015

RESUMO

A partir da segunda metade do século XX aconteceu no Brasil um dos mais acelerados processos de urbanização da história mundial. Buscando melhores condições socioeconômicas, os movimentos migratórios rural-urbano se intensificaram a partir de meados dos anos 1940, diminuindo a densidade demográfica no meio rural. O mesmo ocorreu com os jovens rurais brasileiros, a partir de fatores de expulsão e atração. Desta forma, a pesquisa tem como objetivo analisar os processos migratórios rural-urbano realizados pela categoria populacional jovem entre 1970 e 2010, destacando as cinco regiões brasileiras, as mudanças em percentuais dos jovens rurais em relação ao total de jovens em cada estado brasileiro e os estados em que estes processos foram mais intensos. Destaca-se que 18 unidades federativas perderam população jovem, sendo que, no período analisado a população rural jovem diminuiu de 10.672.812 para 7.807.628 enquanto que a urbana jovem aumentou de 13.397.022 para 44.081.289.

PALAVRAS-CHAVE: jovens rurais, processos decisórios, processos migratórios, urbanização

DECISION-MAKING PROCESS MIGRATION OF YOUTH IN RURAL-URBAN IN BRAZIL: SCENARIO BETWEEN 1970 AND 2010

ABSTRACT

From the second half of the twentieth century occurred in Brazil one of the most accelerated urbanization processes in world history. In search of better social and economic conditions the rural -urban migration intensified from the mid-1940s, reducing the population density in rural areas. The same occurred with the Brazilian rural youth considering expulsion and attraction factors. Thus, the research aims to analyze the rural -urban migration processes performed by the young population category range from 1970 and 2010, highlighting the five Brazilian regions , the percentage changes of rural youth among the total of young people in each Brazilian

state and states in which these processes were more intense. It is noticed that 18 federal units lost young people and in the period analyzed the young rural population decreased from 10,672,812 to 7,807,628 while the urban youth increased from 13,397,022 to 44,081,289.

KEYWORDS: rural youth, decision-making, migration processes, urbanization

INTRODUÇÃO

Poucos países conheceram movimentos migratórios tão intensos como os ocorridos no Brasil. A urbanização brasileira tornou-se praticamente generalizada em todas as regiões do país principalmente a partir de 1940 (SANTOS, 2005). Em muitos casos, os indivíduos residentes no meio rural brasileiro vêm realizando processos de urbanização, na esperança de encontrarem melhores condições sociais e econômicas.

Diversos processos migratórios internos são destacados por CAMARANO & ABRAMOVAY (1998), desde os anos 1950 até meados dos anos 1990, ressaltando que em 1970 as duas regiões com maior índice de migrantes rurais no Brasil eram o nordeste, com quase cinco milhões de migrantes e o sudeste, com 500 mil a menos. Tais movimentos aconteceram em razão das transformações produtivas que estavam ocorrendo na agricultura. Os mesmos autores ainda salientam que, a partir do desenvolvimento de atividades agropecuárias, as regiões norte e centro-oeste atraíram migrantes principalmente do sul e sudeste nos anos 1980.

Ainda, BRITO (2006) enfatiza que entre 1960 e 1980 estima-se que cerca de 43 milhões de pessoas deixaram o campo em direção às cidades, incluindo o efeito indireto da migração, que são os filhos tidos pelos migrantes nos centros urbanos.

Já, a partir da década de 1990 CAMARANO & ABRAMOVAY (1998) afirmam que os processos de saída da população das áreas rurais estavam concentrados na faixa etária mais jovem da população, predominando homens entre 20 e 24 anos e mulheres entre 15 e 19 anos. Desta forma, ao longo da segunda metade do século XX, ocorreu no cenário brasileiro um dos mais acelerados processos de urbanização da história mundial, transformando o Brasil em um país urbano (MARTINE & MCGRANAHAN, 2010; MARICATO, 2011). E, a parcela populacional jovem, realizou de forma expressiva esses processos de deslocamento, muitas vezes em virtude do desinteresse em suceder as atividades agrícolas dos pais.

Do ponto de vista das práticas sociais, o início da juventude é representado pelo início da puberdade, pelo desenvolvimento de um novo porte físico e por novas exigências de disciplinamento dos corpos (WEISHEIMER, 2004). A Assembleia Geral da ONU em 1985, deliberou pela primeira vez o termo juventude e definiu como jovens as pessoas entre 15 e 24 anos, sendo que, de acordo com as diferentes sociedades o sentido do conceito juventude tem variações, levando em consideração questões políticas, econômicas e culturais. No Brasil, o Estatuto da Juventude é o instrumento legal – Lei 12.852/2013 – que determina quais são os direitos dos jovens que devem ser garantidos e promovidos, independente de quem esteja a frente dos processos de gestão pública, sendo que considera-se jovem as pessoas com idade entre 15 e 29 anos (BRASIL, 2013).

Estudos sobre juventude rural enfatizam a importância da tomada de decisão dos jovens em permanecer no meio rural, sucedendo as atividades agrícolas dos pais, visando a reprodução dessas unidades de produção, inclusive, as unidades familiares (WANDERLEY, 2000; BRUMER, 2007; SPANEVELLO et al., 2011).

Entretanto, conforme os dados populacionais do IBGE, o movimento migratório rural-urbano vem tornando o ambiente rural cada vez menos populoso.

O desinteresse dos jovens rurais em suceder as atividades dos pais e permanecer no campo é uma realidade preocupante (PANNO & MACHADO, 2014), existindo diversos fatores que são considerados relevantes na decisão de abandonar ou não o meio rural. WANDERLEY (2000) destaca que, com a ausência de indústrias e de atividades de serviços, o ambiente rural pouco tem a oferecer como alternativa de ocupação e renda à população rural, especialmente aos jovens. Já BRUMER (2007) contribui afirmando que existem características consideradas negativas no meio rural (fatores de expulsão), como a penosidade do trabalho, a falta de motivação, a falta de autonomia na realização das atividades, a dependência climática e uma renda considerada insatisfatória.

Em contrapartida, os centros urbanos também possuem algumas características atrativas (fatores de atração), que em paralelo com os fatores de expulsão do meio rural contribuem para a ocorrência dos processos migratórios. Entre estes fatores destacam-se mais opções de trabalho remunerado, bens materiais e imateriais (BRUMER, 2007). Desta maneira, SINGER (1976) e FROEHLICH et al. (2011) afirmam que as cidades são visualizadas pelos jovens como um futuro promissor, sendo que as oportunidades econômicas têm relevantes influências como fator de atração, a partir do momento em que são oferecidas na cidade condições sociais e uma remuneração mais atrativa que no meio rural.

Ainda, SPANEVELLO et al. (2011) enfatizam que as razões que levam os jovens a abandonar o ambiente rural são as mais variadas. A maior circulação em espaços urbanos, a possibilidade de contato com outras realidades e o fato de os filhos estudarem na cidade, aumentam as perspectivas da não ocorrência da sucessão geracional rural e conseqüentemente o aumento do movimento migratório rural-urbano jovem.

Sendo assim, a decisão de migrar relaciona o ambiente atual com o de destino, e conforme SIMON (1972) é a partir da avaliação e escolha de alternativas disponíveis por meio da racionalidade limitada, analisando diversas conseqüências futuras como ganhos e perdas socioeconômicas, visando atingir um resultado satisfatório que o processo decisório ocorre. Ainda, as decisões são definidas pelo mesmo autor, como algo mais do que simples proposições factuais, possuindo dois objetos: o ato de agir no momento e a descrição das características de um futuro estado das coisas a partir de uma alternativa escolhida.

Desta forma, o estudo teve como objetivo analisar os processos migratórios rural-urbano realizados pelos jovens entre 1970 e 2010 no Brasil, destacando as cinco regiões brasileiras, as mudanças em percentuais dos jovens rurais em relação ao total de jovens em cada estado brasileiro e os estados em que estes processos foram mais intensos no período analisado.

MATERIAL E MÉTODOS

Os procedimentos metodológicos do presente estudo classificam-se como descritivos e explicativos. A pesquisa descritiva tem como principal característica descrever os elementos de determinada população ou o estabelecimento de relações entre suas variáveis, buscando identificar e comparar determinados aspectos (MALHOTRA, 2010).

Já a pesquisa explicativa é destacada por GIL (2009) como aquela que tem

por objetivo identificar fatores determinantes para o acontecimento de fenômenos que ocorreram ao longo de um período de tempo. Com a finalidade de explicar a razão dos acontecimentos, essa é a categoria de pesquisa onde ocorre um maior aprofundamento do conhecimento da realidade, sendo considerada uma pesquisa mais complexa.

Utilizou-se os dados populacionais das 27 unidades de federação do Brasil¹. Ressalta-se que os dados são referentes à população com idade de 15 a 29 anos dos censos populacionais de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Estes dados caracterizam-se como quantitativos e secundários e foram obtidos através da tabela número 200 do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Cenário populacional jovem nas grandes regiões do Brasil

De acordo com DREBES (2014), a juventude consiste na categoria social mais vulnerável a migrações e tais movimentos vêm se consolidando como um importante tema de pesquisa em diferentes áreas relacionadas ao ambiente rural. Desde meados do século XX, o processo de urbanização brasileira se intensificou, resultando com o passar dos anos no predomínio populacional urbano (DREBES, 2014), sendo que a partir do censo populacional de 1970 é possível obter informações sobre as características gerais da população brasileira através de tabelas geradas pelo SIDRA.

Analisando estas informações, nota-se que a população rural vem sofrendo declínio em todas as faixas etárias e um dos fatores para a ocorrência desse fenômeno é a queda da taxa de fecundidade rural (CAMARANO & ABRAMOVAY, 1998). Entretanto, conforme destacado na Tabela 1, apesar de declinante, esta taxa de fecundidade tem se mantido mais elevada no meio rural em relação ao meio urbano.

TABELA 1 – Taxa de fecundidade brasileira, urbana e rural

Período	Taxa de fecundidade total	
	Urbana	Rural
1970	4,6	7,7
1980	3,6	6,4
1991	2,5	4,4
2000	2,2	3,5
2010	1,8	2,6

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados do IBGE (2010).

Desta forma, de acordo com SPANEVELLO et al. (2011) e PANNO & MACHADO (2014) a não ocorrência da sucessão geracional rural em virtude do desinteresse dos jovens em seguir as atividades dos pais levando em consideração os fatores de expulsão e atração, fez com que os processos migratórios rural-urbano se intensificassem, deixando o ambiente rural menos povoado, aumentando o nível de urbanização do país.

¹ O território brasileiro abrange uma área de 8.515.767,049 km² e está dividido em cinco regiões, 27 estados federativos e 5.570 municípios (IBGE, 2010), com população estimada em mais de 203 milhões de habitantes (IBGE, 2015).

Conforme destaca BRITO (2006), a urbanização brasileira é relativamente recente, sendo que por volta dos anos 1970 as populações jovens urbana e rural eram praticamente equivalentes (Figura 1), com exceção da região sudeste, onde nesse período a população jovem rural era de quase três milhões de habitantes enquanto que a urbana representava quase sete milhões de habitantes.

Porém, é possível observar que com o passar dos anos a população urbana jovem cresceu significativamente em todas as regiões e a rural se manteve estável ou diminuiu, com destaque para a região sul que passou de 2.428.176 jovens rurais em 1970 para 939.738 em 2010. Desta maneira, no período analisado, a população rural jovem brasileira, reduziu de 10.672.812 para 7.807.628 enquanto que a urbana jovem cresceu de 13.397.022 para 44.081.289, aumentando em mais de três vezes.

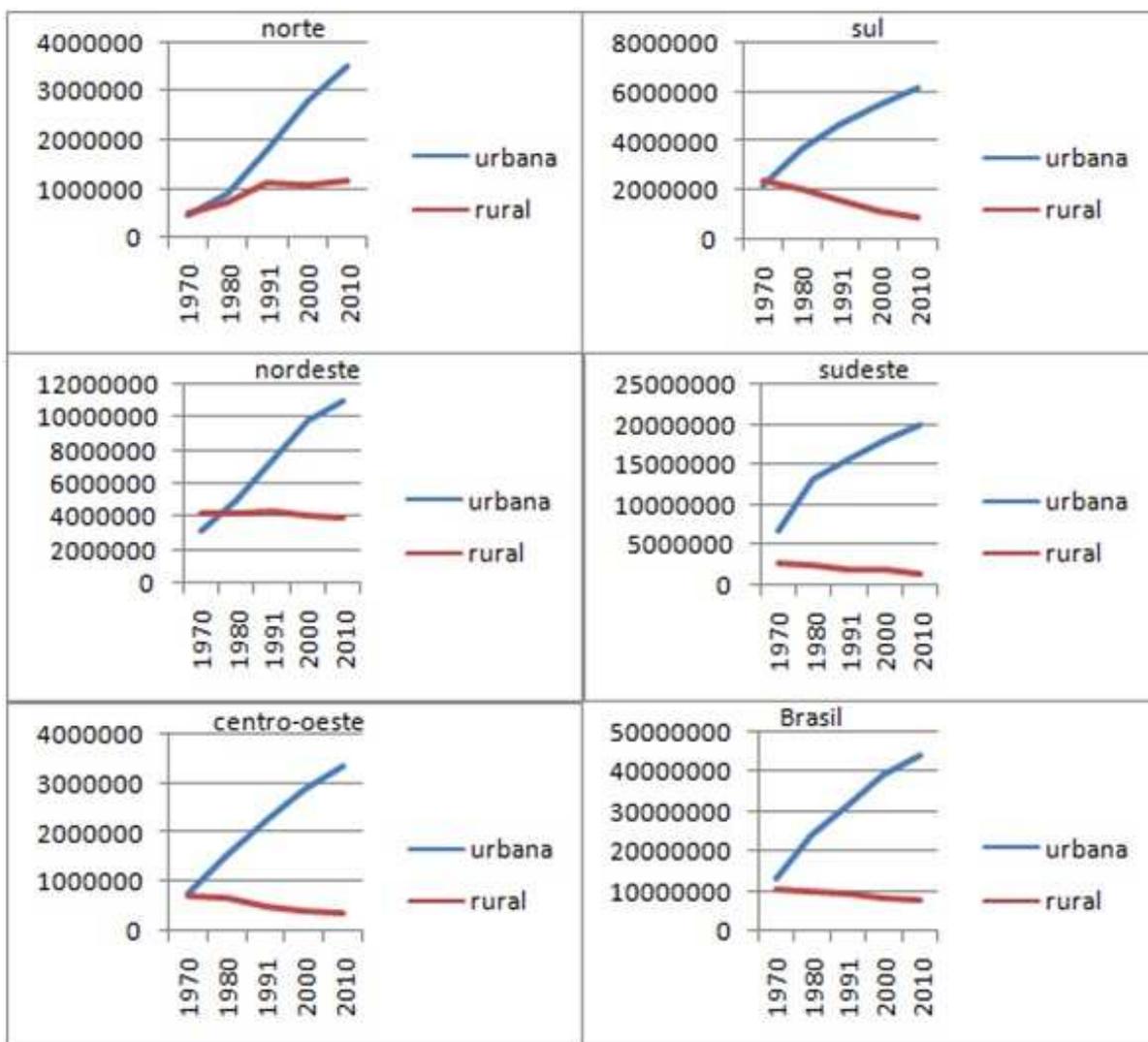


FIGURA 1: População jovem brasileira, destacando as grandes regiões entre 1970 e 2010. Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados do IBGE (2010).

Cenário populacional rural jovem nas unidades de federação do Brasil

Para BRITO (2006), o processo de urbanização realizado no Brasil redistribuiu a população em um breve espaço de tempo, entre regiões e estados, e se caracteriza como parte das profundas mudanças estruturais pelas quais passavam a sociedade e economia brasileira.

A Tabela 2, apresenta o percentual de jovens rurais em relação à população total de jovens das 27 unidades de federação do Brasil. Observa-se que, em 1970 quase 74% dos jovens viviam no meio rural no estado do Maranhão (unidade federativa com maior proporção de jovens rurais em todos os censos), entretanto, em 2010, pouco mais de 35% residiam nesse ambiente.

Tanto as regiões Norte quanto a Nordeste destacam-se por ter um índice de urbanização menor em relação às demais regiões do Brasil (SANTOS, 2005), inclusive na categoria jovem, sendo que no período analisado os cinco estados com maior proporção de população rural jovem pertenciam a estas regiões. Por outro lado, os estados do Rio de Janeiro e São Paulo da região sudeste, juntamente com o Distrito Federal pertencente à região centro-oeste, nos cinco censos populacionais apresentaram os menores índices percentuais de população jovem rural. Também ressalta-se, que com exceção do Pará, Rondônia e o Distrito Federal, todas as unidades de federação diminuíram em mais de 50% a proporção de jovens rurais em relação aos urbanos, sendo que apenas no Distrito Federal este índice obteve resultados crescentes entre 1970 e 2010.

TABELA 2 – Percentual dos jovens rurais em relação ao total de jovens entre 1970 e 2010 em cada unidade federativa do Brasil

UF	1970	UF	1980	UF	1991	UF	2000	UF	2010
MA	73,9	MA	66,5	MA	57,6	MA	37,7	MA	35,3
AC	69,5	PÍ	53,9	PA	45,1	PÍ	35,3	PÍ	32,6
PÍ	66,5	AC	52,4	PÍ	43,6	RO	34,8	PA	30,2
AL	59,2	RO	51,3	RO	40,0	AL	30,9	BA	27,2
BA	57,4	PA	47,9	TO	39,0	AC	30,8	AL	26,4
PR	56,7	AL	47,5	AL	38,4	BA	30,6	SE	25,8
CE	56,6	BA	46,7	BA	37,9	PA	30,6	PB	24,4
PB	56,4	PB	43,9	RR	37,5	PB	27,9	AC	24,5
GO	56,4	CE	42,7	AC	34,8	SE	27,2	CE	23,9
MT	55,9	MT	41,3	PB	33,5	CE	26,5	RO	23,9
AM	55,5	SE	41	CE	31,6	RN	26,1	RN	21,9
SC	55,1	SC	38,6	SE	30,2	PE	22,8	PE	20,1
ES	53,0	PR	38,3	SC	29,2	TO	22,6	RR	19,5
SE	52,6	AP	37,8	RN	28,9	AM	22,1	AM	19,3
PA	51,7	RN	37,3	PE	26,7	ES	20,4	TO	17,8
RN	50,5	AM	35,6	MT	26,4	SC	19,7	MT	16,2
RR	50,1	GO	34,8	ES	25,8	MT	19,5	ES	15,9
MG	45,9	PE	34,3	PR	25,1	RR	19,2	SC	14,4
RS	45,3	RR	33,4	AM	24,9	PR	17,5	MG	13,6
AP	44,9	ES	33,2	MG	24,3	MG	17,3	PR	12,9
RO	44,8	MS	31,9	RS	23,1	RS	16,4	RS	12,7
PE	44,0	RS	31,0	MS	20,7	MS	15,2	MS	12,7
RJ	21,9	MG	29,9	GO	18,3	GO	11,0	AP	8,8
SP	19,2	SP	10,4	AP	16,5	AP	8,9	GO	7,7
DF	2,4	RJ	7,6	SP	6,9	SP	6,6	DF	4,6
MS	²	DF	2,7	DF	6,3	DF	5,6	SP	3,7
TO	³	TO	³	RJ	4,9	RJ	4,9	RJ	3,6

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados do IBGE (2010).

² O Mato Grosso do Sul (MS) foi criado em 1977.

³ O Tocantins (TO) foi criado em 1988.

A velocidade do processo de urbanização no Brasil foi muito superior a dos países capitalistas mais avançados (BRITO, 2006), sendo que, conforme a Figura 2, em 1970 quase 50% dos jovens viviam no meio rural, diminuído para menos de 40% em 1980 continuando a decrescer nos censos seguintes, resultando no ano de 2010 em menos de 20% (IBGE, 2010).

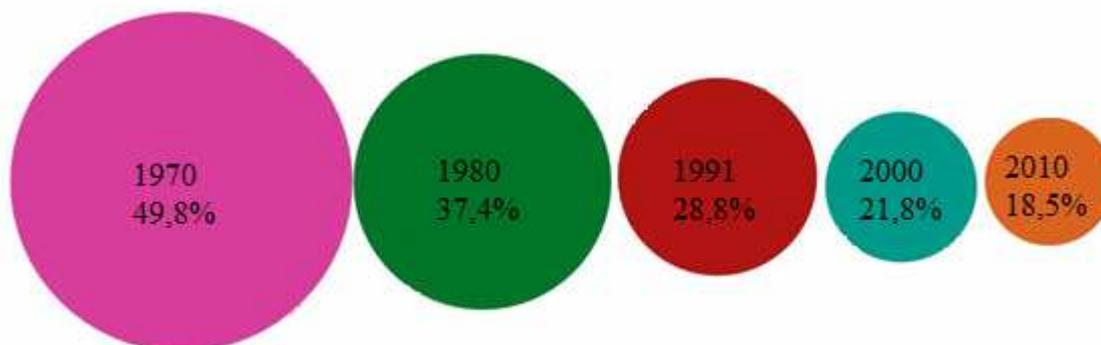


FIGURA 2: Percentual dos jovens rurais em relação ao total de jovens entre 1970 e 2010 no Brasil. Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados do IBGE (2010).

Das 27 unidades federativas brasileiras, 18 perderam população jovem rural no período analisado, sendo que na Tabela 3 é possível observar os 10 casos mais significativos.

TABELA 3 - Unidades de federação que mais perderam população jovem entre 1970 e 2010

Unidades de federação	Nº pessoas
Rio Grande do Sul	801.812
Minas Gerais	725.794
São Paulo	501.379
Paraná	495.985
Goiás	329.443
Santa Catarina	190.641
Rio de Janeiro	149.791
Pernambuco	109.516
Mato Grosso	106.199
Paraíba	92.947

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados do IBGE (2010).

Percebe-se que todos os estados da região sul estão entre as unidades que mais perderam jovens rurais no período analisado, com decréscimo de quase 1,5 milhões, destacando-se o Rio Grande do Sul que encabeça este *ranking*. SPANEVELLO et al. (2011) citam que no Rio Grande do Sul encontra-se menos jovens residindo na zona rural em relação a média geral do Brasil.

Ainda, BRUMER & SPANEVELLO (2008) em estudo com amostra de 1677 jovens rurais (moças e rapazes), nos três estados da região sul destacam que 27%

das moças e 19% dos rapazes acreditam que na sua família não ocorrerá sucessão geracional e afirmam que a baixa renda e a desvalorização da atividade agrícola como fatores relevantes para não permanecerem na zona rural.

Com exceção do Espírito Santo, os demais estados da região sudeste também tiveram perdas significantes de jovens rurais, com diminuição de aproximadamente 1,4 milhões, ressaltando o estudo de CAMARANO & ABRAMOVAY (1998), no qual é afirmado que entre as décadas de 1950 e 1980 as regiões sudeste e sul forneceram um número expressivo de migrantes para as áreas urbanas. Ressalta-se ainda, a presença de dois estados da região centro-oeste (Mato Grosso e Goiás), dois da região nordeste (Pernambuco e Paraíba) e nenhum da região norte.

CONCLUSÃO

Entre 1970 e 2010 o Brasil passou por um significativo processo de urbanização. Na busca de melhores condições socioeconômicas a migração rural-urbana foi uma alternativa encontrada pela população rural jovem.

Em todos os censos populacionais realizados, destacam-se as regiões norte e nordeste onde a proporção de jovens rurais é maior que as demais regiões, sendo que os cinco estados com maior proporção de população rural jovem pertencem a estas regiões. Ainda, 18 unidades federativas perderam população rural jovem ao longo dos anos, destacando as regiões sul e sudeste com decréscimo de mais de dois milhões de jovens.

O desinteresse dos jovens em permanecer no campo dando seguimento nas atividades realizadas pelos pais contribuiu para que no período analisado a população decrescesse quase 30% enquanto, passando de 10.672.812 para 7.807.628, enquanto que a urbana mais que triplicou crescendo de 13.397.022 para 44.081.289.

Portanto, conforme os estudos destacados, fatores considerados de expulsão do meio rural em paralelo com os fatores de atração do meio urbano na busca por melhores condições socioeconômicas foram relevantes para que os processos de urbanização se intensificassem, resultando na ocorrência de um dos mais acelerados movimentos de urbanização da história mundial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Casa Civil. **Estatuto da Juventude**. Brasília, 2013.

BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**, São Paulo. USP, v. 20, n.57, p. 221-236, 2006.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pósmodernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Org). **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, p. 35-52.2007.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. **Jovens agricultores da região sul do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e

masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, v. 15, n.2, p. 45-65, 1998.

DREBES, L. M. Projeto de juventude rural, campos de possibilidades e migração: um estudo documental do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR). **Revista Monografias Ambientais**, Santa Maria, v. 13, n. 5, p. 4087-4098, 2014.

FROEHLICH, J. M; RAUBER, C. da C.; CARPES, R. H.; TOEBE, M. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 41, n. 9, p. 1674-1680, 2011.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas S.A. 2009.

IBGE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Populacional**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em 13 jan. 2015.

IBGE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeção da população do Brasil e das unidades de federação**. 2015. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>> Acesso em 16 jan. 2015.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2010.

MARICATO, E. Metrôpoles desgovernadas. **Estudos avançados**, [S.l.], v. 25, n. 71, p. 7-22, 2011.

MARTINE, G.; MCGRANAHAN, G. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições apreendidas In: BAENINGER, Rosana. (Org.). **População e cidades**: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. Brasília: NEPO/UNICAMP, 2010. p. 11-24.

PANNO, F.; MACHADO, J. A. D. Influências na Decisão do Jovem Trabalhador Rural: Partir ou Ficar no Campo. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí: Unijuí, v. 12, n. 27, p. 264-297, 2014.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

SIMON, H. A. **A capacidade de decisão e de liderança**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1972.

SINGER, P. I. **Economia política e urbanização**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SPANVELLO, R. M.; AZEVEDO, L. F. de; VARGAS, L. P.; MATTE, A. A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 45, n. 2, p. 291-304, 2011.

WANDERLEY, M. de N. B. A. valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, UFPR, n.2, p. 29-37, jul/dez. 2000.

WEISHEIMER, N. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais. Um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz (RS)**. 331 f. Tese (Tese - Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.